



## **CÂMARA MUNICIPAL DE DUARTINA**

Estado de São Paulo

### **CONCURSO PÚBLICO**

#### **002. PROVA OBJETIVA**

##### **CONTADOR**

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 (sessenta) questões objetivas.
- Confira seus dados impressos no cartão de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe imediatamente ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4h (quatro horas), já incluído o tempo para preenchimento do gabarito.
- Só será permitida a saída definitiva da sala, com este caderno, após transcorridas 3h (três horas) do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas da prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o gabarito.
- Até que você saia definitivamente do prédio, todas as proibições e orientações permanecem válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR O CADERNO.**

**Contabilidade Aplicada ao Setor Público**  
**(CASP)**

**01.** Assinale a opção cujo conteúdo indica um dos objetivos dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral – RCPGs:

- a) Refletir o ciclo da administração pública.
- b) Evidenciar as mutações do patrimônio.
- c) Demonstrar os resultados alcançados pela entidade do setor público.
- d) Fornecer informações aos usuários para tomada de decisões.

**02.** A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) deve evidenciar as variações patrimoniais, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária, conforme prevê a Lei nº 4.320/1964. Assinale a alternativa que corresponde ao objeto da Contabilidade Pública.

- a) Dívida Pública.
- b) Patrimônio Público.
- c) Orçamento Público.
- d) Despesas orçamentárias.

**03.** A NBC TSP – Estrutura Conceitual estabelece os pilares fundamentais para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. De acordo com ela, as NBC TSP aplicam-se, de forma obrigatória, aos seguintes órgãos/entidades, exceto:

- a) Autarquias Estaduais.
- b) Defensoria Pública Estadual.
- c) Empresas Estatais Dependentes.
- d) Fundações Privadas que recebam recursos do poder público e privado.

**04.** Quanto ao aspecto orçamentário, o regime contábil aplicado é o misto, conforme previsão no Artigo 35, I e II da Lei nº 4320/64. Pertencem ao exercício financeiro somente as:

- a) Receitas nele arrecadadas e despesas nele empenhadas.
- b) Despesas arrecadadas e receitas empenhadas.
- c) Receitas e Despesas empenhadas.
- d) Receitas e Despesas arrecadadas.

**05.** De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, uma base de mensuração que pode ser aplicada tanto em ativos como em passivos é:

- a) Valor em uso.

- b) Preço presumido.
- c) Valor de mercado.
- d) Preço líquido de venda.

**06.** A estrutura conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), que deverão ser elaborados com base no regime de:

- a) Oportunidade.
- b) Caixa.
- c) Misto.
- d) Competência.

**Princípio e Normas Brasileiras de**  
**Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC**  
**TSP)**

**07.** Segundo a NBC TSP Estrutura Conceitual, estão compreendidos no conceito de entidades do setor público, exceto:

- a) União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como seus respectivos Poderes.
- b) Tribunais de Contas, Defensorias Públicas e Ministério Público.
- c) Autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, fundos e consórcios públicos.
- d) Empresas estatais dependentes e independentes.

**08.** Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual, as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.

Sobre essas características, assinale a alternativa correta:

- a) A representação fidedigna pressupõe que a informação seja completa, neutra e livre de erro material, de modo a representar adequadamente o fenômeno econômico.
- b) A compreensibilidade refere-se à capacidade da informação contábil de influenciar decisões econômicas dos usuários, auxiliando na avaliação de eventos passados, presentes ou futuros.
- c) A relevância está relacionada à apresentação da informação de forma clara e acessível, independentemente do nível de conhecimento dos usuários.

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

d) A neutralidade é atingida quando a informação contábil é elaborada com a intenção de produzir um resultado específico previamente desejado.

**09.** Os elementos das Demonstrações Contábeis definidos pela NBC TSP Estrutura Conceitual retratam os efeitos financeiros e não financeiros das transações e outros eventos ao agrupá-los em classes amplas que compartilham características econômicas comuns. Assinale a alternativa correta correspondente aos elementos das Demonstrações Contábeis:

- a) Despesa corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- b) Ativo é um recurso controlado no futuro pela entidade como resultado de uma transação ou outro evento presente.
- c) Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção não resulta na saída de recursos da entidade.
- d) Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários.

**10.** Segundo a NBC TSP 04 – Estoques tem como objetivo orientar na determinação do valor de custo dos estoques e seu subsequente reconhecimento como despesa no resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Com relação aos estoques analise as seguintes afirmações:

I - Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

II - Os estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação, o custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data do seu recebimento.

III - O custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

IV - O custo dos estoques deve ser atribuído pelo uso do critério último a entrar, primeiro a sair (UEPS); ou pelo critério do custo médio ponderado. Assinale a alternativa correta:

- a) I, II e IV.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.

**11.** De acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, que estabelece o tratamento contábil aplicável a esses ativos, o custo de um item do ativo imobilizado compreende, além do preço de aquisição deduzido dos tributos recuperáveis, outros custos diretamente atribuíveis para colocá-lo em condições de uso.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente um exemplo de custo diretamente atribuível ao ativo imobilizado:

- a) Gastos de abertura de nova instalação.
- b) Custos de frete, manuseio e preparação do local.
- c) Gastos incorridos na introdução de novo produto ou serviço.
- d) Despesas administrativas e outros gastos indiretos.

**12.** A NBC TSP 08 – Ativo Intangível estabelece o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outra norma. Esta norma exige que a entidade reconheça o ativo intangível se, e somente se, critérios especificados forem atendidos. São atendidos os requisitos para a contabilização de ativos intangíveis no(s):

- a) Reconhecimento e mensuração de ativos oriundos de exploração e avaliação de recursos minerais.
- b) Reconhecimento de ativo não monetário identificável sem forma física.
- c) Gastos com desenvolvimento e extração de minerais, petróleo, gás natural e recursos naturais não renováveis semelhantes.
- d) Ativos adquiridos na combinação de negócios no setor público.

### **Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)**

**13.** O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é baseado na segregação das contas contábeis em grandes grupos, de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados e de acordo com a natureza das informações contábeis. Sobre a natureza da informação:

I - Informação Orçamentária: registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

II - Informação Patrimonial: registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas. III - Informação de Controle: registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) somente a afirmativa II estiver correta.
- c) somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

**14.** A receita orçamentária é classificada em efetiva e não efetiva, com base no impacto que causa no patrimônio público. A receita efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.

Assinale a opção que apresenta um lançamento contábil de uma receita efetiva.

- a) D 5.2.1.1. Previsão Inicial da Receita.  
C 6.2.1.1. Receita a Realizar.
- b) D 1.1.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa.  
C 4.1.1.1. Variações Patrimoniais Aumentativas – Impostos.
- c) D 5.2.1.1. Previsão Inicial da Receita.  
C 4.1.1.1. Variações Patrimoniais Aumentativas – Impostos.
- d) D 1.1.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa.  
C 1.1.2.1. Créditos Tributários a Receber.

**15.** Plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários. Nesse sentido, são objetivos do PCASP, exceto:

- a) padronizar os registros contábeis das entidades do setor público, distinguindo os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- b) permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

c) atender somente à administração direta das três esferas de governo, inclusive quanto às peculiaridades dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

d) contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público; e para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.

**16.** Conforme o Art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação e decorre do enfoque orçamentário. Assinale a opção que representa o lançamento contábil (PCASP) do registro da previsão da receita no momento da aprovação da Lei Orçamentária.

- a) D 5.2.1.1. Previsão Inicial da Receita.  
C 6.2.1.1. Receita a Realizar.
- b) D 6.2.1.2. Receita Realizada.  
C 6.2.1.1. Receita a Realizar.
- c) D 5.2.1.1. Previsão Inicial da Receita.  
C 6.2.1.2. Receita Realizada.
- d) D 6.2.1.1. Receita a Realizar.  
C 6.2.1.2. Receita Realizada.

**17.** De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), entre os objetivos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), está distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle. A natureza de informação de controle registra, processa e evidencia os atos de gestão com função específica de controle, bem como aqueles:

- a) Cujos efeitos são apenas de longo prazo.
- b) Relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- c) Cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público.
- d) Relacionados à composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.

### Orçamento Público: PPA, LDO e LOA

**18.** Um determinado município brasileiro está em processo de elaboração de seu Plano Plurianual (PPA). Durante sua elaboração o setor de orçamento debate quais conteúdos devem obrigatoriamente integrar esse instrumento, considerando as determinações da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, é correto afirmar que o Plano Plurianual (PPA), deverá:

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

- a) Estabelecer, de forma detalhada e anualizada, a previsão de todas as receitas públicas e a fixação das despesas do exercício financeiro subsequente, constituindo-se no principal instrumento de execução orçamentária do governo.
- b) Definir as metas fiscais anuais, os critérios para limitação de empenho e as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- c) Estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.
- d) Disciplinar exclusivamente a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso das unidades administrativas, constituindo-se em instrumento técnico de controle da execução orçamentária e financeira.

**19.** No sistema orçamentário brasileiro a integração e a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento constituem elementos fundamentais para assegurar a coerência na ação estatal e apropriada alocação dos recursos públicos. Nesse sentido, a elaboração da Lei Orçamentária Anual deve observar os parâmetros e diretrizes estabelecidos nos instrumentos de planejamento que o antecedem, para garantir a conformidade com as prioridades e metas previamente definidas. É correto afirmar que:

- a) A Lei Orçamentária Anual fixa despesas e estima receitas para o exercício subsequente, devendo ser compatível com o Plano Plurianual, porém, parcialmente vinculada às diretrizes previamente estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) A Lei Orçamentária Anual deve ser compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias que orientará sua elaboração ao definir metas e prioridades da Administração Pública com base nas diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual.
- c) A Lei Orçamentária Anual deve ser elaborada em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício anterior, com a finalidade de não se adequar ao orçamento plurianual, ao equilíbrio fiscal e às metas definidas para o exercício financeiro anterior.
- d) O Plano Plurianual deve ser revisado anualmente para garantir sua adequação à realidade e garantir atualizações das metas governamentais, servindo

como parâmetro para elaboração da Lei Orçamentária Anual.

**20.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um elemento fundamental para as atividades financeiras da Administração Pública. Segundo a Constituição Federal de 1.988 a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deverá:

- a) Estabelecer diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, observando os quatro anos subsequentes.
- b) Dispor sobre as alterações na legislação tributária, exceto para benefícios fiscais, e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais e não oficiais de fomento
- c) Estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes
- d) Fixar as metas e prioridades da administração pública, estabelecer diretrizes e metas de política fiscal, dispor sobre as alterações na legislação tributária e orientar na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

**21.** Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é correto afirmar:

- a) Compreende as metas e prioridades da Administração Pública e estabelece diretrizes e respectivas metas de política fiscal, para o ano subsequente.
- b) Compreende previsão das receitas e fixação das despesas para o período de um ano, sendo considerada instrumento de planejamento operacional.
- c) É o documento básico para o exercício da atividade financeira e integra os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos.
- d) Sua vigência é de quatro anos e tem a função de orientar a elaboração dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

**22.** Nos termos da Constituição Federal de 1.988 e na Lei nº 4320/1964, é conteúdo da Lei Orçamentária Anual (LOA):

- I - Autorização para contratação de operação de crédito ainda que por antecipação de receita.
- II - Orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

III - Critérios e formas para limitação de empenho.

IV - Autorização para abertura de créditos suplementares.

V - Orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Está correto o que consta em:

- a) I, II e IV.
- b) I, II, III, IV e V.
- c) I, III, IV e V.
- d) I, II, IV e V.

**23.** O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período. No Brasil, o orçamento público é elaborado por leis de iniciativa do Poder Executivo e aprovadas pelo Congresso Nacional. O instrumento de planejamento orçamentário que compreende o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas:

- a) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Lei Orçamentária Anual.
- c) Plano Plurianual.
- d) Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **Execução Orçamentária e Financeira**

**24.** Os Restos a Pagar são despesas regularmente empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício financeiro. Elas são inscritas para pagamento no exercício seguinte. São Restos a Pagar aqueles empenhados e liquidados.

- a) Pagos.
- b) Não processados.
- c) Processados.
- d) Cancelados.

**25.** Segundo a Lei nº 4.320/64 são classificadas como receitas de capital:

- a) Receita Agropecuária: receitas de atividades de exploração de recursos naturais como o cultivo agrícola, de cultivo de espécies florestais para produção de madeira etc.
- b) Amortização de Empréstimos: provenientes do recebimento de recursos financeiros de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento.

c) Outras Receitas de Capital: receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita corrente.

d) Operações de crédito com recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos junto a entidades públicas.

**26.** Segundo o Manual Técnico de Orçamento – MTO 2025 e Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Esse princípio orçamentário é denominado:

- a) Unidade.
- b) Universalidade.
- c) Exclusividade.
- d) Anualidade.

**27.** Com base na Lei nº 4.320/64 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa correta em relação aos Restos a Pagar.

- a) São despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício, processadas ou não processadas.
- b) Restos a pagar não processados são despesas liquidadas e não empenhadas.
- c) Restos a pagar processados são despesas liquidadas e não pagas
- d) Restos a pagar podem ser inscritos mesmo sem disponibilidade orçamentária.

**28.** O art. 37 da Lei nº 4320/1964 dispõe que as despesas de exercícios anteriores, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento. Analise as assertivas abaixo para identificação de despesas de exercícios anteriores:

I - Despesas que não se tenham processado em época própria, empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente e o credor tenha cumprido sua obrigação dentro do prazo estabelecido.

II - Restos a pagar com prescrição interrompida, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor.

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

III - Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) Somente a afirmativa II estiver correta.
- c) Somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) Somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

### Receitas e Despesas Pública

29. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, as despesas e receitas públicas são classificadas de acordo com categorias econômicas. São despesas públicas:

I. Inversões financeiras: aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização pela Administração Pública.

II. Subvenções sociais: são transferências destinadas a cobrir despesas de custeio de instituições públicas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

III. Despesas de custeio: são dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) Somente a afirmativa II estiver correta.
- c) Somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) Somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

30. As receitas extraorçamentárias, segundo o Manual Técnico de Orçamento (MTO 2025), são recursos financeiros que apresentam caráter temporário e não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA), cujo ente estatal é mero depositário desses recursos e as restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Uma receita extraorçamentária caracteriza-se por:

- a) Provocar um aumento efetivo na situação líquida patrimonial.
- b) Modificar, simultaneamente, contas do ativo circulante e do passivo circulante.
- c) Modificar, simultaneamente, contas do ativo circulante e do ativo não circulante.
- d) Provocar uma redução do superávit financeiro do exercício corrente.

31. Segundo o Manual Técnico de Orçamento (MTO 2025) as receitas orçamentárias têm como etapas a previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. Analise as alternativas e assinale a correta.

a) Arrecadação: é o planejamento e estimativa das receitas tributárias que constará na proposta orçamentária.

b) Lançamento: é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro Nacional pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

c) Recolhimento: é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro Nacional, responsável pela administração e controle da arrecadação e pela programação financeira.

d) Previsão: é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador do tributo, a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido e identifica o sujeito passivo.

32. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e a Lei nº 4.320/1964, são estágios da despesa pública: fixação, empenho, liquidação e pagamento. Sobre esses estágios, analise as assertivas:

I - Liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base em títulos e documentos comprobatórios, a fim de apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar.

II - Ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

III - Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implementação de condição.

IV - É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, o qual não poderá exceder o limite dos créditos concedidos. A nota de empenho indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.

Está correto o que consta em:

- a) I e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

33. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e a Lei nº 4320/1964 definem que é vedada a realização de despesa sem prévio empenho e que será formalizado por nota de empenho. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) em hipóteses em que o contrato é facultativo, admite-se que seja substituído por nota de empenho de despesa, que representa o contrato
- b) para as despesas de valor fixo e previamente determinado, com pagamento que ocorra de uma só vez o tipo de empenho utilizado é o por estimativa
- c) empenho ordinário utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente
- d) empenho consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim indeterminado e são classificados de acordo com a sua utilização

### Patrimônio Público

34. Acerca dos métodos de inventário de bens públicos, analise as assertivas abaixo:

I - São essenciais para garantir o controle, a gestão e a transparência na administração dos bens pertencentes ao setor público.

II - Inventário por amostragem é um método que envolve a verificação do registro contábil de todos os bens públicos no sistema de controle patrimonial.

III - O objetivo do inventário físico é garantir que os bens registrados nos sistemas de controle correspondam fisicamente ao que está disponível.

IV - A escolha do método de inventário independe das necessidades da organização pública, dos recursos disponíveis e da complexidade do patrimônio gerido.

Está correto o que consta em:

- a) I e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.

35. Segundo a NBCT 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis, o Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. No que tange ao patrimônio público, em relação aos bens móveis e imóveis é correto afirmar, exceto:

a) Bens móveis são aqueles que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

b) São exemplos de bens imóveis: imóveis residenciais, móveis e utensílios, edifícios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais.

c) São exemplos de bens móveis: veículos, aparelhos de comunicação, máquinas e equipamentos.

d) Bens imóveis são os bens vinculados ao terreno, solo, que não podem ser retirados sem destruição ou danos.

36. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), os bens imóveis podem ser classificados conforme sua destinação e natureza jurídica. Analise as assertivas a seguir:

I - Bens de uso especial compreendem os bens destinados à prestação de serviços públicos ou ao funcionamento da administração, tais como edifícios, terrenos, aquartelamentos, aeroportos, hospitais, museus, entre outros.

II - Bens dominiais (ou dominicais) correspondem aos bens que integram o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, podendo ser objeto de direito pessoal ou real, e que não possuem destinação pública específica.

III - Bens de uso comum do povo são aqueles destinados à utilização geral da coletividade, como rios, mares, estradas, ruas e praças, independentemente de terem sido construídos ou não pelo poder público.

Está correto o que consta em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

37. Conforme a Lei nº 4.320/1964, capítulo III, que dispõe sobre a contabilidade patrimonial e Industrial, analise as assertivas abaixo em relação aos registros e controles do patrimônio:

I - Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

necessários para a perfeita caracterização de cada um deles.

II - A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

III - O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

Está correto o que consta em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.

**38.** Considerando os aspectos relacionados à composição do patrimônio público, assinale a alternativa correta.

- a) O patrimônio público se limita aos bens públicos de uso comum, como hospitais e escolas, sem incluir bens de uso especial ou dominiais.
- b) O patrimônio público se refere de forma exclusiva aos bens destinados ao serviço público e não inclui recursos financeiros.
- c) O patrimônio público abrange bens móveis e imóveis, além de outros direitos que a Administração Pública possua.
- d) O patrimônio público se restringe aos bens de uso comum do povo, como praças e ruas.

### **Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)**

**39.** A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) integra o conjunto das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Em relação à DFC, assinale a alternativa correta:

- a) a DFC deve ser elaborada, preferencialmente, pelo método direto, admitindo-se o método indireto na apuração dos fluxos de caixa das atividades operacionais.
- b) o resultado patrimonial do exercício deve, obrigatoriamente, ser conciliado na apuração do fluxo de caixa das atividades de financiamento.
- c) a elaboração da DFC está associada às contas de natureza de informação de controle, classe 8, do PCASP.
- d) os ingressos decorrentes da alienação de ativos não circulantes e da amortização de empréstimos e

financiamentos concedidos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

**40.** De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. Nesse contexto, os efeitos dessas movimentações são evidenciados no:

- a) Caixa e equivalentes de caixa.
- b) Ativo financeiro e passivo financeiro.
- c) Saldo patrimonial.
- d) Ativo circulante e passivo circulante.

**41.** O Balanço Patrimonial é uma das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público que, após as atualizações promovidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), passou a apresentar maior convergência com o modelo utilizado pelas empresas privadas, sem deixar de evidenciar informações específicas do setor público.

O Balanço Patrimonial demonstrará, **exceto**:

- a) A segregação em ativos circulantes e não circulantes, bem como em passivos circulantes e não circulantes, sendo esse o modelo preferencial de apresentação;
- b) O quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes, conforme previsto na legislação e no MCASP;
- c) O quadro do superávit ou déficit financeiro, sendo o superávit financeiro definido como a diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro;
- d) Os ativos e passivos financeiros e permanentes, bem como o saldo patrimonial, apresentados por seus valores totais, sendo facultativo o detalhamento em notas explicativas.

**42.** Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Balanço Orçamentário evidencia a comparação entre as receitas previstas e as despesas fixadas com aquelas efetivamente realizadas durante o exercício financeiro.

O Balanço Orçamentário é composto por, **exceto**:

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

- a) Quadro principal, que apresenta as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme classificação por natureza;
- b) Quadro da execução de restos a pagar processados, evidenciando os valores inscritos e suas fases de execução;
- c) Demonstração do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, como elemento integrante do Balanço Orçamentário.
- d) Quadro da execução de restos a pagar não processados, evidenciando os valores inscritos e suas respectivas fases de execução.

**43.** A Demonstração das Variações Patrimoniais, integrante do conjunto das demonstrações no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com função muito semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Nesse sentido, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas em(no):

- a) Receitas resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado financeiro do exercício.
- b) Patrimônio resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- c) Receitas e despesas resultantes da execução orçamentária, e indicará o resultado financeiro do exercício.
- d) Orçamento resultantes da sua execução, e indicará o resultado orçamentário do exercício.

### **Prestação de Contas e Controle Externo**

**44.** De acordo com o artigo 70 da Constituição Federal de 1988, analise as assertivas:

I - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração Direta, quanto à legalidade, legitimidade, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

II - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda,

ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Está correto o que consta em:

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Os itens I e II estão incorretos.

**45.** A respeito do controle e da fiscalização contábil, financeira e orçamentária no Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) Controle interno é aquele exercido apenas no âmbito do Poder Executivo, tendo por objeto os programas de governo.
- b) As empresas estatais não estão sujeitas ao controle exercido pelos tribunais de contas, em razão da sua natureza jurídica de direito privado.
- c) O controle externo é exercido também pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos respectivos tribunais de contas, conforme se trate da União, dos Estados e Distrito Federal ou Municípios.
- d) As empresas privadas não estão sujeitas ao sistema de controle interno e externo da Administração Pública, ainda que recebam subvenções ou benefícios de natureza fiscal.

**46.** Segundo a Constituição Federal de 1988 o controle externo da administração pública, realizada pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- a) Congresso Nacional, com o auxílio da Procuradoria-Geral da República.
- b) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- c) Senado Federal, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- d) Tribunal de Contas da União, com o auxílio da Procuradoria da Fazenda Nacional.

**47.** Conforme a Constituição Federal de 1988, artigo 71, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- a) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada legalidade.

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

- b) Aplicar aos responsáveis, em caso de legalidade de despesa ou regularidade de contas, as sanções não previstas em lei, como multa proporcional ao dano causado ao erário.
- c) Apreçar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio elaborado em até sessenta dias a contar de seu recebimento.
- d) Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos ainda não totalmente apurados.

### Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000)

48. A Lei Complementar nº 101/2000 estabeleceu limites obrigatórios para os gastos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Município. No que diz respeito à apuração da base de cálculo para a verificação desses limites, a lei estabelece que:

- a) É o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, sem deduções.
- b) É denominada de receita corrente nominal composta por receitas correntes e de capital, deduzidas as transferências constitucionais
- c) Não são deduzidos dos cálculos, parcelas que os Estados entregam aos Municípios por determinação constitucional.
- d) Será apurada pelo somatório das receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

49. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece como parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Riscos Fiscais. Sobre o Anexo de Riscos Fiscais assinale a alternativa correta:

- a) Apresenta a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.
- b) Estabelece as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública.
- c) Acompanha a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- d) Contém a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a

aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

50. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) estabeleceu limites sobre a despesa total de pessoal em cada período de apuração e em cada ente da Federação. Assinale a alternativa correta.

- a) Estados e Municípios, limite de 50%.
- b) União e Estados, limite de 50%.
- c) Estados e Municípios, limite de 60%.
- d) União e Estados, limite de 60%

### Transparência e Accountability

51. Quando se afirma: “I - A internet se consolidou como principal canal de comunicação entre governo e sociedade, ampliando a oferta de serviços digitais” e “II - Os cidadãos possuem direito de acesso à informação, e o poder público tem o dever de prestar contas de seus atos”. Está se fazendo referência, respectivamente, aos seguintes conceitos de gestão pública:

- a) Governo eletrônico; transparência.
- b) Governo eletrônico; accountability.
- c) Controle social; transparência.
- d) Governança pública; cidadania.

52. Considerando o Governo Eletrônico no Brasil, analise as seguintes assertivas:

I - A política de Governo Eletrônico segue um conjunto de diretrizes que atuam em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da sua própria gestão interna; e na integração com parceiros e fornecedores.

II - A gestão do conhecimento é um instrumento estratégico de articulação e gestão das políticas públicas do Governo Eletrônico.

III - A inclusão digital deve ser tratada como um elemento constituinte da política de Governo Eletrônico.

Está correto o que consta em:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) I, II e III.

53. O bom uso do recurso público, o controle, a fiscalização, a responsabilização e a prestação de contas são processos norteadores das políticas públicas. Nesse sentido, o conceito que sintetiza os

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

processos adotados no contexto das políticas públicas é

- a) Gestão por competência.
- b) Descentralização e desconcentração.
- c) *Accountability*.
- d) Transparência.

**54.** *Accountability* é uma palavra introduzida na literatura sobre administração pública brasileira na década de 1990. Seu significado é:

- a) Permitir a permanente representação de setores organizados da sociedade nos processos decisórios públicos.
- b) Valorizar os dados, principalmente de natureza contábil, para melhor avaliação do uso de recursos públicos.
- c) Intensificar as ações institucionais de fiscalização e punição de agentes públicos desde que desvios se comprovem.
- d) Enfatizar a responsabilidade dos agentes públicos, no exercício de sua autoridade, em seus atos e consequências.

**55.** *Accountability* possui algumas classificações que podem ser definidas como:

- I. Vertical, consistente no sistema de freios e contrapesos estabelecido na Constituição.
- II. Horizontal, correspondente ao controle por meio do voto, plebiscito e referendo.
- III. Social, ligado a diversas entidades como ONGs, associações e mídia, que denunciam desvios e cobram responsabilização

Está correto o que se afirma em:

- a) III.
- b) II.
- c) I e III.
- d) I.

### Legislação orgânica

**56.** A Lei Orgânica do Município de Duartina dispõe que a soberania popular será exercida por determinados meios. Assinale a alternativa que não corresponde a um meio previsto na Lei Orgânica:

- a) Pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com igual valor para todos.
- b) Pelo referendo, quando, pelo menos, 20% (vinte por cento) de o eleitorado o requerer.

- c) Pela iniciativa popular no processo legislativo, quando pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado requerer.
- d) Pela participação nos Conselhos Populares.

**57.** Assinale uma alternativa que não representa uma vedação ao Município prevista na Lei Orgânica do Município de Duartina:

- a) Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- b) Dar fé aos documentos públicos.
- c) Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- d) Subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração.

**58.** Assinale a alternativa que representa incorretamente uma competência privativa da Câmara Municipal, segundo a Lei Orgânica do Município de Duartina:

- a) Conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores para afastamento do cargo.
- b) Aprovar ou não iniciativas do Poder Executivo que repercutam sobre o meio-ambiente.
- c) Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração.
- d) Fiscalizar e controlar, mas apenas de forma indireta, os atos do Poder Executivo, excluídos os da administração indireta.

**59.** A Lei Orgânica do Município de Duartina estabelece vedações aos vereadores. Apresente a alternativa incorreta sobre o tema: “Os Vereadores não poderão:”

- a) Desde a expedição do diploma, firmar ou manter contato com pessoa jurídica de direito público, autarquia empresa pública, sociedade de economia mista ou de empresa concessionária de serviço público, no âmbito e em operação no município, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- b) Mesmo antes da expedição do diploma, mas desde a data da eleição, firmar ou manter contato

## Concurso Municipal da Câmara dos Vereadores do Município de Duartina

com pessoa jurídica de direito público, autarquia empresa pública, sociedade de economia mista ou de empresa concessionária de serviço público, no âmbito e em operação no município, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

c) Desde a posse, ser proprietário, controlador ou diretor da empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público no Município ou nela exercer função remunerada.

d) Desde a posse, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

**60.** O processo legislativo do Município de Duartina não compreende a elaboração de:

a) Emendas à Lei Orgânica Municipal.

b) Leis Ordinárias.

c) Decretos Legislativos.

d) Emendas à Constituição Municipal.